

O INCÊNDIO DO MUSEU NACIONAL E SEUS EFEITOS NAS PESQUISAS DOS DISCENTES

*Mariane Aparecida do Nascimento Vieira
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
do Museu Nacional/UFRJ*

Resumo: O Museu Nacional criado em 1818 por decreto real, ao longo de seus duzentos anos, reuniu um acervo de referência em suas áreas de atuação. As suas coleções de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, invertebrados e vertebrados contemplam um material científico estudado por docentes e discentes de diversas instituições. O presente trabalho propõe analisar a emergência deste museu e de suas coleções, ressaltando as dificuldades que perpassam sua história. Em seguida, refletir sobre os efeitos do incêndio que sofreu em setembro de 2018 nas pesquisas dos alunos que utilizavam as dependências do museu e, principalmente, o seu rico acervo. Embora a perda esteja no horizonte do discurso traçado nas falas, a reinvenção diante da permanência do capital humano, na figura de servidores, pesquisadores e colaboradores aponta para possibilidades de futuro.

Palavras-chave: Museu Nacional. Coleções. Pesquisa. Incêndio. Discentes.

BRAZIL'S NATIONAL MUSEUM FIRE AND ITS EFFECTS IN THE RESEARCH OF STUDENTS

Abstract: *“The National Museum created in 1818 by royal decree, over its two hundred years, gathered a collection of reference in its areas of performance. Its collections of anthropology, botany, entomology, geology and paleontology, invertebrates and vertebrates include a scientific material studied by professor and students of various institutions. The presents work proposes to analyze the emergence of this museum and its collections, highlighting the difficulties that permeate its history. Then, reflect on the effects of the fire that occurred on september 2018 on the researches of students that used the museum's dependencies, and especially its rich heritage. Although the loss is on the horizon of the discourse outlined in the speeches, the reinvention in the permanence of human capital, in the figure of public servers, researchers and collaborators points to possibilities of future.*

Keywords: *National museum. Collections. Research. Fire. Students.*

O Museu Nacional localizado no Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão é a primeira instituição científica criada no Brasil. Ao longo de seus 200 anos de existência, expandiu sua atuação que tem como missão a aquisição, preservação, exposição e pesquisa de coleções, objetivando atender aos interesses científicos e culturais da nação. A sua importância nacionalmente e internacionalmente está relacionada tanto às suas coleções quanto às pesquisas que são elaboradas em sua estrutura. O organograma, na Figura I, nos permite vislumbrar a dimensão de departamentos e seções que funcionam em suas instalações.

Sua estrutura contém 89 discentes, 210 servidores, 120 prestadores de serviço e 500 alunos, sem contar os pesquisadores visitantes, estagiários, auxiliares, divididos entre seis departamentos¹. Os departamentos são de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, invertebrados e vertebrados. O Museu Nacional abriga além das seções de atividades gerenciais, a Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR), cujos documentos remontam à história institucional, a Biblioteca do Museu Nacional, a Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, o Setor de Museologia, o Serviço de Assistência ao Ensino e seis programas de pós-graduação vinculados aos departamentos citados. O espaço ocupado pelos departamentos e seções era dividido entre o prédio do palácio e o Horto Botânico (Figura II).

O Museu Nacional, desde 1946, é parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura. O seu papel educacional está evidenciado nas atividades da Seção de Assistência ao Ensino e nas pós-graduações. O mestrado em Antropologia Social foi criado em 1968 e o doutorado em 1977. Em seguida, o mestrado em Ciências Biológicas, em Zoologia e Botânica tiveram início em 1972 e o doutorado do primeiro, em 1994 e do segundo, em 1997. O mestrado em arqueologia data de 2006 e o doutorado de 2011. Entre os cursos mais recentes está o mestrado em Geociências: Patrimônio Geopaleontológico, criado em 2015. O mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas teve início em 2016. A instituição oferece ainda as especializações em geologia do quaternário, gramática gerativa e estudos de cognição e línguas indígenas brasileiras². Os discentes destes cursos, estudantes de outras universidades e servidores da instituição realizam pesquisas que direta ou indiretamente versam sobre as coleções do Museu Nacional e utilizam sua infraestrutura.

Em 2 de setembro de 2018, o palácio de São Cristóvão sofreu um incêndio que danificou o edifício e consumiu parte considerável das coleções que abrigava. As causas do incêndio investigadas pela Polícia Federal ainda não foram oficialmente divulgadas. Entretanto, podemos apontar uma conjunção de fatores que incidiram sobre este desfecho, desde suas verbas reduzidas até os desafios em adaptar um prédio de mais de duzentos

¹ SEREJO, Cristina. **Palestra proferida no “I Panorama em Tecnologias Digitais para Museus”** realizada pela Fundação Getúlio Vargas, Escola de Matemática Aplicada (EMAP), em 27 de novembro de 2018.

² Dados referentes aos programas de pós-graduação do Museu Nacional estão disponíveis na Plataforma Sucupira.

O museu aparece “como uma tentativa de manejar a explosão de materiais empíricos e da ampla disseminação de textos antigos, aumento de incursões, viagens de descobrimento, e formas mais sistemáticas de comunicação e trocas”. O século XVI coincide com o surgimento da história natural, criando experiências compartilhadas, uma “comunidade de colecionadores e naturalistas” com interesse na natureza de modo científico.

A posição que assumirá o museu é de centralidade, pois tanto salvaguardará as coleções como atuará como um laboratório em que se coleta, diseca e destila a natureza, podendo vir a produzir dados mais profundos e classificações, apreendendo-a como um todo. A noção de objetos como espécime natural terá continuidade quando o estudo se ampliar para o conhecimento da natureza humana. O interesse científico na domesticação da natureza também deve ser entendido em termos econômicos, como nos mostra a interrelação entre o que se coletava para estudo e a exploração econômica de matéria-prima nativa pelos governos imperiais. Desta perspectiva, D. João VI na criação de instituições como um museu de história natural no Brasil possibilitou conhecer o território para explorar seus possíveis produtos. Do mesmo modo que ao apreender a natureza do território colonial, moldava os primórdios do que viria a se imaginar enquanto “nação” brasileira⁴.

O Museu Nacional foi criado em 6 de junho de 1818 sob o nome de Museu Real, no Campo de Santana. O objetivo de sua criação, nas palavras do decreto de fundação, era “propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil”⁵. João Batista de Lacerda⁶, que ocupou o cargo de diretor do Museu Nacional entre 1895 e 1915, em suas recordações aponta o “gabinete zoológico” conhecido como Casa dos Pássaros como o “antecessor” do Museu Real. Entretanto, este gabinete não fazia jus às riquezas da colônia do Brasil que deveria representar, na sua visão. A vinda da corte concretizou a criação de um museu de história natural. A sua instalação contou com a incorporação da coleção mineralógica adquirida pelo alemão Abraham Werner que se encontrava na Academia Militar, objetos em madeira, mármore, prata, marfim, artefatos indígenas, produtos naturais que estavam dispersos em outras instituições e quadros de tinta à óleo doados por D. João VI⁷. Os recursos reduzidos impediam o crescimento das coleções. O primeiro orçamento para o Museu Real foi fixado em 2.880\$000, no ano seguinte à sua criação, somado ao valor de 3.880\$000 do saldo de seus funcionários⁸.

Seria erro ou ilusão pensar que instituições da ordem dos museus, cujo progresso está na razão direta do aumento das coleções e do valor estimativo delas, podem chegar ao apogeu com poucos anos de existência. São organizações estas que tem desenvolvimento lento e gradual, com períodos alternados de estagnação e de impulsão, dependentes de circunstâncias variadas, ocorrentes em certas fases históricas da vida nacional⁹.

Após a independência a instituição passou a se chamar Museu

O Incêndio do Museu Nacional e Seus Efeitos nas Pesquisas dos Discentes

³ FINDLEN: 1994, 3, tradução nossa

⁴ ANDERSON, 2008.

⁵ BRASIL, 1818.

⁶ LACERDA, 1905.

⁷ Ibid.

⁸ BRASIL, 1818.

⁹ LACERDA, op. cit, p. 7.

¹⁰ O decreto de 19 de novembro de 1824 designa o museu como Museu Imperial/Nacional.

¹¹ LACERDA, op. cit.

¹² NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

¹³ LACERDA, op. cit., p. 21.

¹⁴ BRASIL. Lei 317, de 21 de outubro de 1843. Lei Orçamentária fixando a despesa e orçando a receita para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. O importante nesta lei é o artigo 35, que cria um Registro Geral de Hipotecas “nos lugares e pelo modo que o Governo estabelecer nos seus Regulamentos. O Regulamento que cumpre a regra é o Decreto 482, de 14 de novembro de 1846.

¹⁵ LACERDA, op. cit., p. 45.

¹⁶ DANTAS, 2013, p. 15-21.

Imperial/Nacional¹⁰. Nas dependências no Campo de Santana, o museu recebeu novas coleções. O ministro do império, José Bonifácio de Andrada e Silva solicitou aos naturalistas estrangeiros que circulavam pelo país, a doação de obras ao museu. Georg Heinrich von Langsdorff ofereceu sua coleção particular de aves e mamíferos europeus e Johann Natterer deixou como legado uma rica coleção zoológica, levando consigo outra para o Museu de Viena (Áustria). O imperador Pedro I, por sua vez, arrematou para o museu a coleção egípcia composta por cinco múmias dentro de seus respectivos sarcófagos e objetos etnográficos¹¹.

Embora o museu enfrentasse problemas com o espaço reduzido, ao longo dos anos, foi se estabelecendo como uma instituição científica, inclusive como órgão consultivo do governo imperial no que decorria às suas especialidades¹¹. As coleções foram sendo incorporadas por doações, compra, permuta com instituições estrangeiras e aquisição por meio de explorações no território imperial. Segundo Lacerda¹³: “Em meados de 1843 vieram juntar-se às coleções do museu minerais dos Estados Unidos e produtos mineralógicos do Vesúvio, oferecidos por Joaquim Pereira de Araujo”. No entanto, no mesmo período em que recebeu novas coleções e reformou suas dependências no Campo de Santana sofreu seu primeiro corte orçamentário. A Lei 317, de 21 de outubro de 1843, conhecida como Lei Orçamentária fixou um valor para as despesas do império. O museu viria a receber 5.000\$000 ou cinco conto de réis para cobrir suas despesas¹⁴. Posteriormente, o soldo dos funcionários viria a ser restabelecido.

A sua função como instituição de guarda e pesquisa dos bens nacionais foi se reafirmando no império. Em 1863, a biblioteca do museu foi fundada com 3.000 volumes e em 1876 uma nova reforma, sob os auspícios do imperador D. Pedro II consolidou seu espaço como um centro de história natural. A realização de conferências e de visitas à sua exposição, contava com presenças ilustres como a do próprio imperador e representantes da plebe, como ressalta, Lacerda¹⁵. A criação da revista *Archivos do Museu Nacional*, em 1876 durante a direção de Ladislau de Souza Mello e Netto, deu destaque à posição do museu como o centro científico mais importante da América do Sul. Com a proclamação da república, Ladislau Netto reuniu esforços e conseguiu a transferência do Museu Nacional (assim denominado desde 1890), para as dependências do Palácio de São Cristóvão, oficializada em 25 de julho de 1892 (SEÇÃO DE MUSEOLOGIA, 2007/2008).

O palácio foi uma construção realizada nas dependências da Fazenda São Cristóvão, ao final dos setecentos, para servir de residência do comerciante luso-libanês Elie Antun Lubbus, conhecido também como Elias Antonio Lopes¹⁶. No entanto, ele não chegou a morar na residência que após passar por uma reforma no início do século XIX foi cedida à família real. Em troca desta transação, Lubbus obteve vantagens comerciais e se tornou um dos maiores investidores no mercado de viventes das Américas. Cabe ressaltar que a mão-de-obra escrava foi utilizada na construção do

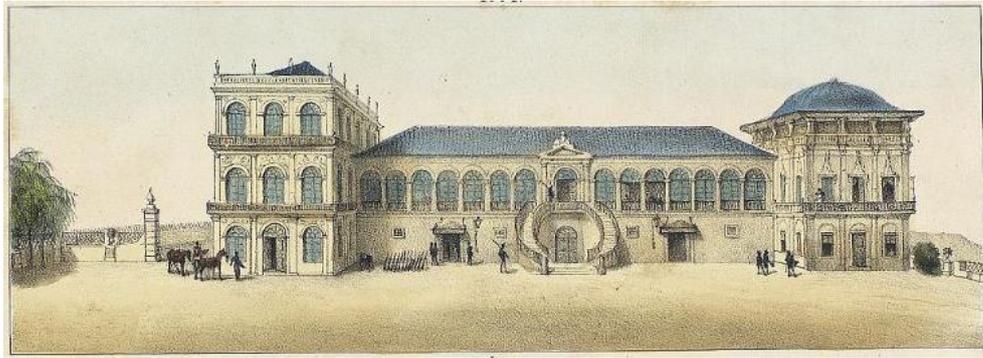


Figura 3 – Quinta da Boa Vista (1831). Ilustração de Jean-Baptiste Debret, Desenhista: Thierry Frère. Técnica: Gravura. Fonte: *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. Tome troisième.*

A exposição permanente no palácio de São Cristóvão foi aberta ao público em 25 de maio de 1900¹⁸. Durante a república, o compromisso em aumentar as coleções e realizar pesquisas se manteve, juntamente à realização de viagens exploratórias para a obtenção de novos dados e obras. Em 1946 quando o museu passou a ser parte da estrutura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o seu compromisso com o ensino se consolidou. No decorrer de sua trajetória manteve relações com instituições estrangeiras de destaque, inclusive recebendo a visita de cientistas ilustres como o físico alemão Albert Einstein, em maio de 1925 e a química francesa Marie Curie, em agosto de 1926¹⁹.

O interesse histórico do prédio do palácio²⁰ (Figura 3), resultou em seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, juntamente à coleção arqueológica Balbino de Freitas. A Torah constituída por nove rolos em pergaminho, sob a classificação de “Manuscritos IVRIIM” e o acervo de documentos e objetos de estudo do Imperador Pedro II foram tombados pelo IPHAN em 1998. O fato de ser uma instituição única na memória nacional, reconhecida pela inscrição do palácio e parte de suas coleções nos livros de tombo do IPHAN implica em regras de preservação rígidas. Dito de outro modo, qualquer intervenção a ser feita no prédio necessita(va) de autorização do IPHAN. No entanto, a falta de verbas suficientes frente aos objetivos de produção científica da instituição e suas peculiaridades enquanto bem patrimonial se manteve como uma questão latente. A Emenda Constitucional 95, adotada em 2016, reduziu consideravelmente a quantia disponibilizada pela universidade para o Museu Nacional.

O INCÊNDIO NO PALÁCIO DE SÃO CRISTÓVÃO

Na história do Museu Nacional que perpassa dois séculos, infortúnios aparecem nas narrativas de personagens cujas trajetórias se cruzam com a instituição. Nos “Fastos do Museu Nacional”, Lacerda²¹ descreve que a coleção de insetos confiada ao naturalista americano Hebert Smith que a levou para o exterior visando sua classificação, nunca foi devolvida aos cuidados do museu. Os prejuízos das perdas de espécimes e minerais durante a Exposição de Philadelphia, em 1876 e da coleção de plantas

O Incêndio do Museu Nacional e Seus Efeitos nas Pesquisas dos Discentes

¹⁷ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Comunicação Oral na Mesa de encerramento “Desdobramentos Éticos e Perspectivas Temporais: O que tem nos feito? (50 anos do PPGAS)” do VIII Seminário dos alunos do PPGAS/MN ocorrida no Auditório do Horto Botânico (Museu Nacional, Rio de Janeiro), setembro de 2018.

¹⁸ PIRES, 2017.

¹⁹ A Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional disponibiliza imagens e informações a respeito das personalidades que passaram pela instituição, em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/semear/Galeria_de_Fotos/fotospersonalidades.html>>. Acesso em: 15 jan 2019.

²⁰ O palácio de São Cristóvão da Quinta da Boa Vista além de ter sido residência da família real portuguesa, da família imperial, foi palco da primeira Assembléia Constituinte da República e, por fim, passou a ser sede do Museu Nacional, a partir de 1892 (PIRES, 2017).

²¹ LACERDA, op. cit., p. 55.

fósseis do Brasil enviadas para estudo e classificação ao botânico paleontologista Marquez de Saporta e que após a sua morte foi extraviada, são rememoradas por Lacerda. As perdas não se limitaram ao período colonial e imperial.

A reportagem de 12 de janeiro de 1944²² descreve que o palácio sofreu um incêndio, contido rapidamente pelos bombeiros. O fogo teve início no laboratório de pesquisas, localizado no térreo, seguindo para o segundo andar na área da Seção de Antropologia e ao terceiro andar que estava em reforma para receber a exposição de zoologia. “As partes mais atingidas foram o gabinete da diretora, a sala de trabalho da Sra. Berta Lutz, sofrendo também danos causados pela água e pelo fogo a seção de antropologia. [...] a Sra. Heloísa Alberto Torres [diretora] declarou que os prejuízos artísticos e científicos foram pequenos”. Após o incêndio, foi criada uma comissão especial para avaliar o prejuízo na edificação e nas coleções. Em 23 de agosto de 1995, período em que o telhado passava por reformas, uma chuva alagou as dependências do museu encharcando múmias egípcias, espécimes de animais e fósseis. Em seguida, especialistas ingleses vieram ao Rio de Janeiro para auxiliar e ensinar aos profissionais do museu técnicas de secagem adequadas²³.

Embora o palácio e sua coleção tenham sido afetados por sinistros ao longo de sua existência, o incêndio ocorrido em 2 de setembro de 2018 é um evento único em sua história, em termos das dimensões que atingiu. Para compreendermos os desdobramentos desta data é necessário ter em mente o tamanho da instituição museológica. Na publicação comemorativa (2017), o museu aparece em números significativos composto de 3.500 m² de área expositiva que receberam 150.000 visitantes por ano em 358 dias abertos ao público. O terreno do palácio aparece representado na dimensão de seus 21.000 m² e 11.417 m² de área construída. Em termos do acervo, as bibliotecas reuniam 537.000 de títulos, com 1.560 obras raras pertencentes à Biblioteca Central, 15.672 amostras nas coleções geológicas e 17.915 exemplares base (tipos) que remetem a descrições originais de espécies e 550.000 exsiccatas de plantas do herbário.

Antes de prosseguirmos com os desdobramentos após o incêndio, cabe sinalizar que nem todas as áreas e coleções do Museu Nacional foram afetadas. A Biblioteca do Museu Nacional, o Pavilhão de Ensino e as coleções de botânica e vertebrados que se encontram no Horto Botânico não sofreram com o sinistro. Do mesmo modo que, as coleções de invertebrados salvaguardadas no prédio anexo ao palácio e o acervo da arqueologia acondicionado em uma edificação conhecida como “Casa de Pedra”, localizada na entrada do Horto Botânico.

Em contrapartida, as coleções de etnologia, paleontologia, geologia, entomologia, aracnologia, malacologia e parte da arqueologia estavam nas áreas atingidas pelo incêndio e foram seriamente danificadas. Os materiais das coleções são diversos e as maneiras como reagem ao fogo são imprevisíveis, pois a temperatura não foi homogênea em todas as partes do edifício, o que pode se agravar com os efeitos da água usada para apagá-lo.

²²Jornal O Globo, 1944.

²³Jornal O Globo, 1995.

Após o incêndio, houve estipulações a respeito do volume do acervo para dimensionar a perda. A estimativa divulgada nos principais meios de comunicação girou em torno de mais de 20 milhões de itens. Diante da diversidade de departamentos e coleções, o museu não possui uma base de dados única que forneça um mapeamento exato do tamanho de seu acervo. Entretanto, os departamentos detêm documentações e algumas coleções se encontram em bases internacionais.

O departamento de vertebrados, por exemplo, tem cerca de 400 mil exemplares documentados em bases de dados. Por sua vez, o departamento de entomologia que possuía cerca de 5 milhões de exemplares que foram perdidos diante do fogo, detém 120 mil espécimes representativas do acervo digitalizadas²⁴. O departamento de antropologia possui uma parte do acervo, referente à arqueologia no Horto Botânico e materiais que vem sendo recuperados pelo Núcleo de Resgate, criado após o incêndio para recuperar parte do material que se encontra no palácio. Contudo, o acervo de etnologia cujas obras, em sua maioria, destacam-se pela fragilidade dos materiais, como penas, tecidos e madeira teve a maior parte perdida. Parte de sua coleção encontrava-se na exposição “Os primeiros brasileiros” realizada no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília e foi salva. O departamento de geologia e paleontologia, cujo acervo encontrava-se inteiramente no palácio, embora afetado tem chances de ser recuperado, ainda que danificado.

O Museu Nacional diante da sua vinculação à universidade, realiza a salvaguarda do acervo, pesquisas, exposições e atividades de ensino que incluem alunos do ensino médio, graduação e pós-graduação. As pesquisas são uma parte importante da instituição por aprimorar o conhecimento a respeito das coleções do museu e garantir uma contínua política de aquisição de acervo. Neste sentido, a perda, sem dúvida, é irreparável, mas o capital humano e intelectual ao não ser afetado pode indicar um rico caminho de reinvenção institucional. A breve descrição apresentada visa evidenciar a dimensão da estrutura do Museu Nacional que reflete na riqueza e diversidade de suas coleções.

O impacto do incêndio atinge diferentes segmentos da sociedade, em termos nacionais e internacionais. Diante do fogo, alguns pesquisadores conseguiram entrar em áreas que ainda não haviam sido consumidas e recuperar itens das coleções, equipamentos e material de pesquisa. A vice-diretora Cristina Serejo²⁵, foi uma das pesquisadoras a entrarem no palácio durante o incêndio e recuperar equipamentos e materiais de referência para pesquisas em curso. Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho (Informação verbal, 2018), coordenadora do Núcleo de Resgate também retirou parte do acervo durante os focos de incêndio. Contudo, essas iniciativas pontuais não puderam evitar que o fogo se alastrasse e consumisse parte das estruturas do palácio e o que estava salvaguardado em suas dependências. Em qualquer sinistro a orientação é priorizar a integridade da vida humana, o que significa dizer, que por mais que a perda das coleções seja incalculável, as ações de resgate em meio ao incêndio e posteriormente, não poderiam colocar em risco as pessoas envolvidas.

²⁴SEREJO, op. cit., 2018.

²⁵ Ibid.

set 2019
vol. especial, nº 1
Ventilando Acervos
Florianópolis

²⁶ Os dados apresentados são oriundos de entrevistas com os alunos realizadas entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 e da minha experiência pessoal, enquanto discente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Os alunos aqui mencionados, com exceção do Rafael de Andrade, no momento estão atuando no resgate dos remanescentes de coleções que se encontram no Palácio de São Cristóvão. Os relatos dos alunos indígenas e de estudantes do ensino básico foram retirados de arquivos digitais divulgados em redes sociais pelo museu através da campanha “Museu Vive”.

As pesquisas realizadas nas dependências do Museu Nacional refletem a diversidade do próprio museu. Na perspectiva dos discentes, o primeiro grupo implicado são os alunos das seis pós-graduações citadas anteriormente, que utilizavam os laboratórios, bibliotecas, arquivo e, em alguns casos, pesquisavam as coleções. Ao falarmos das pesquisas realizadas por alunos, podemos citar ainda os estudantes do ensino médio e da graduação que participam de projetos de extensão. Estudantes de pós-graduação de outras instituições também acompanhavam disciplinas oferecidas, utilizavam a sua infraestrutura e estudavam as obras ali reunidas. Entre os estudantes das pós-graduações do Museu Nacional e de outras instituições se encontravam servidores do museu que, na maioria dos casos, tinham como tema de pesquisa o acervo dos departamentos a que estão vinculados.

O evento crítico representado pelo incêndio implicou diferentes comunidades. Os alunos que tinham aula no palácio de São Cristóvão foram remanejados para o pavilhão de ensino no Horto Botânico e para outros campos da UFRJ. Os departamentos que utilizavam as dependências do Horto Botânico, por sua vez, passaram a dividir o espaço com todos aqueles que antes utilizavam as salas do palácio. Os pesquisadores que utilizavam os livros, periódicos, banco de teses e dissertações da Biblioteca Francisca Keller, que possuía um acervo significativo sobre a literatura antropológica, ficaram sem acesso às obras importantes para suas pesquisas. As coleções, laboratórios e o arquivo institucional que serviam de fontes de pesquisa inestimável para diversos pesquisadores foram queimados. Os professores que possuíam salas perderam o material reunido em anos de trabalho.

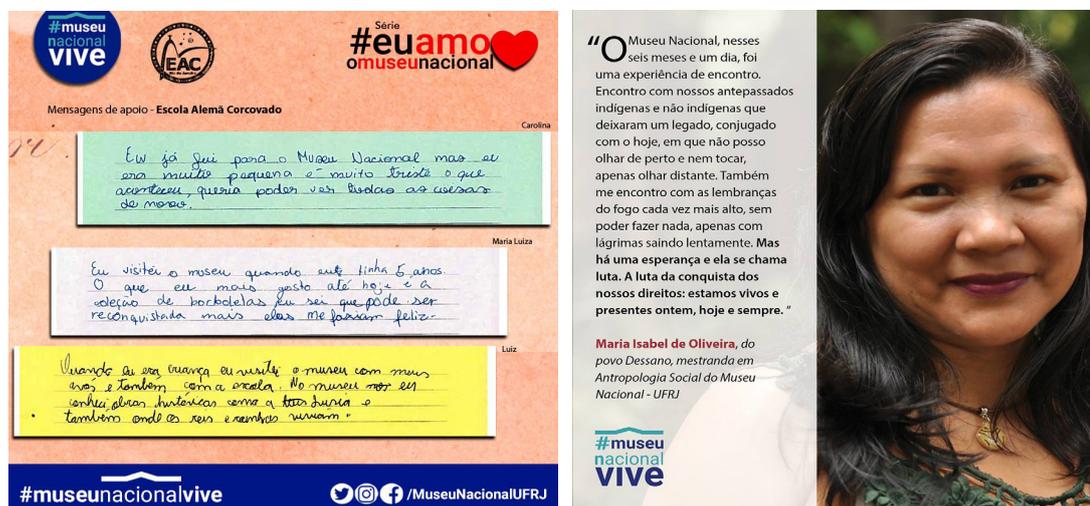


Figura 4 e 5 – As imagens das cartas enviadas por estudantes através de suas escolas e dos depoimentos de alunos indígenas foram divulgadas pelas redes sociais do Museu Nacional. Fonte: Museu Nacional (Página Oficial).

Mesmo alunos do ensino básico demonstraram a relação que possuíam com a instituição enviando cartas para o Horto Botânico logo após o incêndio que foram divulgadas pela Assessoria de Imprensa por meio do movimento “Museu Vive” na página de uma rede social. Entre os relatos estão os que foram enviados pela Escola Alemã Corcovado, presentes na Figura 4. Carolina escreveu “Eu já fui para o Museu Nacional mas eu era muito pequena é muito triste o que aconteceu, queria poder ver todas as

coisas de novo.” Maria Luiza colocou “Eu visitei o museu quando eu tinha 5 anos. O que eu mais gosto até hoje é a coleção de borboletas. Eu sei que pode ser reconquistada mas elas me faziam feliz.” Luiz, da mesma escola, disse “Quando eu era criança eu visitei o museu com meus avós e também com a escola. No museu eu conheci obras históricas como a Luzia e também onde os reis e rainhas viviam”.

João Gustavo Alves Chá Chá, mestrando na Pós-graduação em Arqueologia, evidenciou sua relação afetiva com o museu e a sala da orientadora que ele e outros pós-graduandos ajudaram a montar e utilizavam para as suas pesquisas. Embora seu tema de pesquisa não tenha sido afetado, pois os remanescentes humanos que estuda pertencem às igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de São Elesbão, salientou o impacto representado pelo incêndio. “Foi algo, no mínimo, chocante, arrasador. É o tipo de coisa que você não espera, são coisas que você acha que vão estar ali para sempre. Então você pode visitar aquilo em qualquer momento, mas do dia para noite você diz ‘não existe mais’”.

Discentes indígenas, diante da cultura material e oral dos povos indígenas que estavam registradas no acervo do Museu Nacional e foram perdidas se pronunciaram nas primeiras semanas que se seguiram ao incêndio. Em uma série de relatos que destacavam que o “Museu Nacional Vive”, indígenas expuseram a dimensão da perda para seus povos. Idjahure Kadiwel, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) demonstrou seu pesar, pois “devido ao incêndio, não pude conhecer as cerâmicas e outros artefatos Kadiwéu e Terena componentes do acervo de etnologia indígena. Sinto por não ter podido organizar um encontro para que os meus parentes pudessem conhecer as artes de nosso passado”. Maria Isabel de Oliveira, do povo Desana, que aparece na Figura 5, mestranda do PPGAS relatou que “O Museu Nacional, nesses seis meses e um dia [período em que iniciou o mestrado], foi uma experiência de encontro. Encontro com nossos antepassados indígenas e não indígenas que deixaram um legado, conjugado com o hoje, em que não posso olhar de perto e nem tocar, apenas olhar distante”. Márcio Bakairi, mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, lamentou ser o último Baikiri a visitar o Museu Nacional. “A ideia de ser o último é perturbadora, pois lembra extinção”. As coleções afetadas apontam registros de línguas que não mais possuem falantes, espécimes extintas e objetos da cultura material não mais fabricados.

Alunos do ensino médio e da graduação também estavam inseridos na dinâmica institucional, pesquisando as coleções. Luiza Cezar Araujo de Oliveira congrega essas duas dimensões. Enquanto aluna do Colégio Pedro II participou de uma pesquisa sobre mulheres na antiguidade no Mediterrâneo do Leste Asiático. A comparação do padrão de beleza entre Egito, Grécia e Japão partiu de obras do acervo do Museu Nacional, como vasos das coleções do museu e textos acadêmicos de professores da universidade. Atualmente, enquanto graduanda em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, participa no projeto sobre evolução humana.

Nesta pesquisa, Oliveira e a equipe do projeto objetivavam analisar o material

osteológico. Contudo, primeiramente iriam “tombar todo o material para poder começar a trabalhar com ele, a gente tinha que separar por áreas para começar”. O projeto se encontrava nesta fase quando o museu sofreu o sinistro. Como ressalta a estudante, no momento não se sabe as condições desse material que ainda seria analisado, “sinceramente eu não faço ideia do que vai ser agora porque lidávamos com um material que ainda não tinha sido nem tombado”. A pesquisa conta com uma ação com o público ao analisar o modo como a evolução humana é tratada nas escolas.

Atualmente, Luiza de Oliveira está participando do resgate dos remanescentes de coleções no palácio. Ela auxilia no “fichamento dos itens, carregando, limpando material. O máximo que der para ajudar e fazer, mas essa etapa está sendo bem dolorosa”. Como algo recorrente entre aqueles que percorriam o museu cotidianamente, ressalta que “via isso aqui como minha segunda casa, um lugar que eu me sentia confortável, que eu me sentia acolhida aqui, eu amava vir para cá muito, assim, o dia do estágio era um dia sagrado. E aí ver que morreu queimado foi como se eu tivesse perdido alguém muito próximo, sabe? Da minha família”.

Na dimensão das pesquisas afetadas, mesmo alunos de pós-graduações de outras instituições estão implicados. Louise Ribeiro Cardoso de Mello, doutoranda em História da América Latina e Estudos Humanísticos na Universidad Pablo de Olavide, em Sevilha (Espanha), em cotutela com a Universidade Federal Fluminense levou o material de estudo da sua tese para análise no Museu Nacional, sob orientação do professor Marcos André do PPGArq. Ela estuda “as relações fronteiriças entre os domínios ibéricos, ou seja, portugueses e castelhanos, ao redor do Forte Príncipe da Beira, que é uma fortaleza do século XVIII”.

A amostra de cerca de 8.000 fragmentos que estava no Museu Nacional foi selecionada a partir do material de escavação do forte entre 2008 e 2010 que estava acondicionado em péssimas condições. Através de um trabalho de resgate colaborativo voluntário da pesquisadora com a comunidade remanescente de quilombo Forte Príncipe da Beira, cuja identidade está entrelaçada com o forte construído por mão de obra escrava, foram selecionadas as peças mais significativas para estudo. Os fragmentos eram de metal, vidro, cerâmica, faiança fina e portuguesa, porcelana grés e lítico. O material que já havia sido analisado, com exceção de fragmentos de latas que indicariam o tipo de alimentação no forte, estava preparado para devolução em janeiro de 2019. Segundo Louise de Mello, o incêndio impactou

no patrimônio não só da Fortaleza, mas, principalmente, da comunidade quilombola [...] Eles participaram do resgate, eles conhecem o material, foi duro dizer para eles. Estava sob a minha custódia, custódia do museu e a ideia disso tudo era resgatar o patrimônio. Ironia trágica, mas eu vou fazer de tudo que está no meu poder para devolver esse material na melhor condição possível.

A pesquisadora está auxiliando no resgate dos remanescentes de coleções e encontrou parte do material que estuda. Contudo, a faiança fina está muito danificada, “carbonizada mesmo”, “o vidro parece que está quase todo derretido”, apenas a cerâmica está em boas condições.

O material que se encontrava fotografado pode vir a ser recuperado em seu contexto, representando 95% de sua análise. Mesmo lamentando a perda do material cerâmico não analisado ressalta que buscará “formas de compensar o vazio da cultura material na análise”.

Nas ciências biológicas, as perdas foram significativas pela fragilidade dos materiais. O mestrando da Pós-Graduação em Geociências, com ênfase em patrimônio paleontológico, Roberto Videira Santos, teve parte de sua pesquisa afetada. Ele estuda “fósseis de braquiópodes, que é um filo de animais marinhos que existem até hoje, embora não sejam mais tão abundantes como outrora”. A sua pesquisa gira em torno dos braquiópodes do devoniano da Bacia do Paraná que datam de cerca de 400 milhões de anos. Os espécimes que estuda pertencem a coleções científicas e são provenientes do estado do Paraná, na região dos Campos Gerais, do norte do Mato Grosso do Sul, o sul do Mato Grosso e parte de Goiás.

O Museu Nacional tinha uma das maiores coleções do Brasil de paleoinvertebrados em geral e eu também iria fazer articulações com outras coleções como a da CPRM, UNIRIO, UFPR e UEPG. O foco mesmo da minha pesquisa era a coleção do Museu Nacional. Eu cheguei a estudar esse material praticamente todo antes do incêndio, só não tirei fotos, mas eu tenho a descrição deles e tinham pelo menos dois ou três espécimes que representavam táxons que ainda não possuíam registro na Bacia do Paraná.

A coleção de paleoinvertebrados possuía espécimes que datam do período imperial e vinha recebendo novas obras regularmente. Embora, grande parte do material tenha sido perdido, “os fósseis tipos” foram resgatados. Eles serviram como referência para a criação de uma nova espécie, gênero. A informação complementar a estes materiais disponíveis nos quatro livros de tombo foi parcialmente salvaguardada, pois o primeiro e o segundo estavam digitalizados, o terceiro de modo incompleto. Os espécimes mais novos que ainda não tinham sido estudados e que estavam registrados no quarto livro de tombo que não foi digitalizado são mais difíceis de recuperar. “Muitos estão sem informação agora que as fichas todas queimaram e eles estão bastante chamuscados, porém talvez com uma limpeza consiga recuperar. Ainda há uma certa esperança”.

No entanto, a perda representou um novo rumo para a pesquisa com a oportunidade de um estágio no Smithsonian (Estados Unidos) dentro de uma missão diplomática. Neste museu há fósseis de Chonetoidea do período Devoniano, que possuem relação com outras regiões, como a África do Sul, Argentina, Antártida e Bolívia. No Smithsonian “tem bastante material da Bolívia e da Antártida, então será uma oportunidade de ampliar a minha pesquisa, não ficar só no Brasil”.

O departamento de antropologia (DA) foi outra área com o acervo severamente danificado. Michele de Barcelos Agostinho, Técnica em Assuntos Educacionais do Setor de Etnologia (DA) é doutoranda em História Social pela Universidade do Estado do Rio

de Janeiro. Na escolha de seu tema de pesquisa, sobre a Exposição Antropológica Brasileira, indica “o contato com a documentação, a rotina de trabalho, atendimento a pesquisadores, facilidade do arquivo, manuseio das coleções, o contato também com os professores da casa” como fatores determinantes. Agostinho ressalta que havia levantado os documentos do ano de 1882, 1883 e parte de 1884 para a qualificação. Por isso, não foi diretamente afetada pelo incêndio, embora pretendesse continuar o levantamento de dados.

Contudo, as obras que a sua tese aborda não existem mais no aspecto material. A perda do objeto não afetou sua pesquisa, mas ressalta que “do ponto de vista da importância histórica é óbvio que a perda foi imensa”. Os objetos não haviam sido fotografados, apenas aparecem nos registros da exposição, tema da tese. O livro de tombo que continha as informações a respeito da coleção do setor também foi perdido.

O doutorando pela pós em Antropologia Social, Rafael Santana Gonçalves de Andrade estudava a coleção dos Karajá do Médio Araguaia e especificamente, as máscaras rituais de aruanãs, pertencentes ao acervo do Setor de Etnologia. A tese abordaria dimensões que ultrapassariam a materialidade das 21 máscaras, analisando a sua participação em exposições e as representações que foram elaboradas em outros trabalhos etnográficos. Em paralelo, relacionaria a coleção ao seu campo com os Karajá. O impacto mais eminente do incêndio nesta pesquisa foi a perda das máscaras feitas de palha e plumária que dificilmente resistiriam ao fogo. Ao refletir sobre os efeitos deste evento na sua pesquisa, ressaltou a vinculação intrínseca destas máscaras específicas com a tese.

A questão é, eu poderia até fazer uma transição, começar a pesquisar máscaras em outro acervo, o que talvez seja o que colegas de outras áreas estejam fazendo. Você sai de uma amostra que você tinha no Museu Nacional, que estava dentro do acervo e você usa uma outra amostra de um outro lugar para tentar substituir esta e continuar sua análise. Eu acho que na antropologia isso complexifica um pouco mais. Como a gente lida com eventos sociais e conflitos, relações, outros fatores estão implicados nesse processo. Não é necessariamente uma análise em locu, laboratorial. Eu acho que é um trabalho de natureza diferente e é nesse sentido que passar por cima do incêndio e simplesmente mudar o objeto de análise, tentar pensar máscaras em outros contextos não faria o menor sentido para o meu projeto. Como o projeto é motivado por uma reivindicação dos Karajás referente aquelas máscaras eu acho que o grande significado que isso tem para nós no Brasil era como um grupo indígena os Karajá estavam lidando com o Museu Nacional, que é um museu que pensa nação, que pensa o estado brasileiro dentro do contexto do Brasil e das relações que existe entre eles e o Estado Nacional. [...] O impacto no meu caso vai mais nesse sentido do quanto significativo é um incêndio de um ponto de vista mais amplo, do ponto de vista mais político, social e das relações com as populações indígenas do Brasil.

Se antes sua pesquisa possuía um recorte bem delimitado que partia do Setor de Etnologia para as coleções Karajá e as máscaras, pretende “fazer o caminho contrário” pensando o setor como um todo, o que considera “uma mudança bem radical”, visto que sua formação até o presente momento privilegiou os moldes clássicos, em que o antropólogo realiza um trabalho de campo prolongado dentro da aldeia. Portanto, “a etnografia agora ganha outro espaço, não é mais a aldeia, não é mais os Karajá, ganha espaço o próprio museu” visando somar forças no processo de

reconstrução da instituição. Andrade ressalta ainda, a importância de acompanhar esse processo atentando para algumas questões como “Será que o acervo que é um acervo colonial, conquistado dentro de guerras coloniais será enaltecido?”, “Quais são as possibilidades que o incêndio dessa magnitude abre para poder pensar o futuro e repensar o passado?”.

De modo semelhante, o meu tema de pesquisa para a tese de doutoramento pelo PPGAS partia da coleção do Setor de Etnologia do Museu Nacional, especificamente, dos remanescentes humanos ancestrais. O ato de colecionar perpassa várias sociedades e, na especificidade do ocidente, está a criação de um local específico para a salvaguarda, exposição e pesquisa dos artefatos colecionados. A antropologia e os museus no século XIX estavam em estreita relação, cujos efeitos de colecionamento, embasado num ideário herdado da história natural de apreensão da totalidade da realidade, traz questões complexas para a contemporaneidade que permeiam o direito de propriedade material e intelectual e a lógica simbólica do segredo, presente em muitos dos acervos colecionados²⁷.

Michael O’Hanlon²⁸ lança luz sobre a importância de remontar as condições de colecionamento a partir de três pontos principais: 1) o “antes”, que seria bagagem intelectual e institucional do colecionador; 2) a “cena da coleta”, ressaltando tanto a agência do colecionador quanto a dos nativos e; 3) o “depois” da coleta, a vida do artefato em instituições museológicas. O’Hanlon destaca os colecionadores, apontando como a maioria era proveniente de uma formação naturalista e viam como um *continuum* a relação entre história natural e etnografia.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro possuía em suas coleções remanescentes humanos de diferentes povos, alocados entre os departamentos de arqueologia, antropologia biológica e etnologia. No circuito expositivo o visitante observava desde crânios utilizados como evidência das diferenças entre homínídeos até as múmias egípcias, na sala dedicada ao Egito Antigo e a cabeça mumificada reduzida pelos Jívaro (Shuar), no espaço dedicado à arqueologia pré-colombiana.

A pesquisa visava identificar os remanescentes humanos ancestrais que pertenciam à coleção etnológica e sua proveniência. Para isto, analisava os livros de tombo que se encontravam no Setor de Etnologia para comparar a entrada (através do número do inventário) com aqueles preservados na reserva técnica. Posteriormente, pesquisaria no SEMEAR dados mais extensos a respeito destes remanescentes para determinar a procedência e a etnia a qual pertenciam. Edgard Roquette-Pinto iniciou em 1906 o *Catálogo Geral das Coleções de Anthropologia e Ethnographia* do Museu Nacional do Rio de Janeiro. As primeiras páginas, até o número de tombo 123 registram crânios e esqueletos humanos. A ordem do inventário não é fidedigna da entrada destes remanescentes humanos ancestrais na coleção do museu, mas antes, da importância que detinham para a ciência produzida no século XIX.

A coleção foi posteriormente dividida entre a etnologia e a antropologia biológica. Os remanescentes que permaneceram no acervo etnológico haviam passado por alguma modificação. “A etnologia reunia os objetos de uso das populações da

²⁷ BROWN, 2003.

²⁸ O’HANLON, 2000.

²⁹ FOLHETO DO SETOR DE ETNOLOGIA, 2018, grifo do autor.

América, da África e da Oceania, tidas como *exóticas* e como curiosidades pelos cientistas da época. Em meados do século XX, após novas mudanças regimentais e conceituais, a 4ª Seção [criada em 1888, chamada de Antropologia, Etnologia e Arqueologia] foi desmembrada, ocasião em que se criou o *Setor de Etnologia*, vinculado ao *Departamento de Antropologia*, referência de excelência acadêmica²⁹. Em uma lista preliminar, cerca de doze remanescentes foram identificados como parte da coleção, entre esqueletos e crânios, cuja proveniência pouco se sabe, estavam as cabeças mumificadas reduzidas pelos Jívaro, as cabeças de chefes Maori e cabeças mumificadas pelos Munduruku. As cabeças embalsamadas maori foram retiradas da exposição e estavam salvaguardadas na reserva técnica do Setor de Etnologia desde a década de 1980. As cabeças mumificadas pelos Munduruku não eram expostas por conta do seu estado de conservação deteriorado. Uma das cabeças dos Jívaro estava no circuito expositivo e outra, acondicionada na Reserva Técnica do Setor de Etnologia.

Em seguida, entraria em contato com estes povos para criar um protocolo de preservação ética deste acervo sensível, determinando quais seriam os procedimentos adequados para sua salvaguarda. O diálogo a respeito do possível repatriamento era outro ponto a ser considerado. No caso dos Maori, o governo da Nova Zelândia havia estabelecido contato com o setor para início de um diálogo, visando o repatriamento das cabeças dos chefes Maori³⁰.

A importância em atentar para a formação de coleções está na possibilidade de acompanhar os rituais de poder que são encenados pela instituição. Pierre Bourdieu³¹ demonstra, através do que conceitua como “rituais de instituição”, a eficácia simbólica que as representações possuem enquanto linguagens construtoras da realidade. Deste modo, a coleta implica em uma escolha daquilo que interessa a determinado contexto exprimir como característico da própria sociedade ou do “outro”. O século XIX pressupunha aos museus etnográficos a construção de uma coleção com itens básicos³², entre os quais, as cabeças mumificadas reduzidas.

A documentação a respeito das cabeças mumificadas reduzidas é escassa: a sua inserção no livro de tombo se dá dentro de um conjunto doado por D. Pedro II. O “Museu do Imperador” que reunia desde acervos vinculados à Antiguidade Clássica, entre eles os afrescos de Pompéia, até artefatos e remanescentes humanos das populações indígenas presentes na América do Sul³³. A “cabeça mumificada reduzida” exposta no Museu Nacional desde sua inauguração despertou a curiosidade do público, conforme demonstra uma nota publicada no *Jornal O Paiz* (RJ) de 6 de agosto de 1890: “Há ali uma cabeça de guerreiro mumificada e tão reduzida, que parece a de uma criança”. As cabeças mumificadas fabricadas pelos Munduruku também aparecem no livro de tombo com pouca informação, apenas com a inscrição “Pariu-á”. Elas foram adquiridas durante o século XIX.

As cabeças maori foram alvo de colecionamento e sua troca por mosquetes aumentou a mortandade dos conflitos, enquanto que a necessidade crescente de

³⁰ Informação Verbal, Edmundo Pereira, chefe do Departamento de Antropologia, junho de 2018.

³¹ BOURDIEU, 2008.

³² NASCIMENTO, 2009.

³³ DANTAS, op. cit.

aquisição desses objetos-pessoa resvalou na produção de cabeças “falsas” (cabeças de escravos eram tatuadas e submetidas ao procedimento de mumificação simulando a cabeça de um chefe)³⁴. As que estavam no Setor de Etnologia possuíam os seguintes dados no livro de tombo “cabeça mumificada de um chefe Maori – Nova Zelândia – Adquirida pelo Imperador Pedro I, de J. Arago. 18”.

Sarah Frundt (2017) mostra a importância no repatriamento das cabeças de chefes maori que, por seu valor artístico e de espécime “curiosa” permeiam as coleções de vários museus. Os Maori criaram uma comissão responsável pela localização das cabeças e a negociação de seu repatriamento. E uma das prerrogativas para as negociações de repatriamento está em não permitir nenhuma troca ou compensação pelo retorno das cabeças dos chefes tatuadas. Por conseguinte, impedem que o remanescente humano ancestral seja tratado como um item comerciável, como as relações que intensificaram os conflitos entre os Maori no século XIX o fizeram.

Esta comissão identificou a existência dos remanescentes humanos maori na coleção do Museu Nacional e estava negociando seu repatriamento. Infelizmente, nenhuma das cabeças mumificadas (munduruku, jívaro e maori), nem os remanescentes que não chegamos a identificar foram recuperados até o presente momento nas ações do Núcleo de Resgate.

Ao acompanharmos a eficácia do museu enquanto criador de realidade evidenciamos a “linguagem autorizada” constituída pela instituição através da exposição de objetos que visavam representar a realidade como um todo delimitado, numa relação dialética, com sua própria autoridade dependente da reunião das coleções certas. Nesse sentido, Bourdieu entende que

falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário, ou melhor, a operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas a qualquer preço [...].³⁵

Os museus etnográficos, ao salvaguardarem e colocarem em exposição objetos de outras sociedades, mais do que representá-la, simbolizam o signo de sua autoridade na posse de algo que seria de outrem, reafirmam seu “direito simbólico” sobre as coleções e criam uma realidade social.

Diante do incêndio, os remanescentes humanos ancestrais preservados no Setor de Etnologia foram danificados pelo fogo e desabamento dos andares. A perda dos livros de tombo e dos arquivos que se encontravam no SEMEAR impossibilitou que a pesquisa tivesse continuidade. Em contrapartida, a reformulação do tema da pesquisa se voltou para o processo de resgate dos remanescentes de coleções retiradas do palácio e para a reestruturação da política de aquisição dos departamentos atingidos.

Chá Chá, enquanto historiador, ressaltou a necessidade de lembrar o passado. “Isso é algo na história do museu para ser lembrado constantemente, para que a gente se questione por que isso aconteceu, por que deixamos isso acontecer e como evitar que isso aconteça

³⁵ BOURDIEU, op. cit., p. 98.

novamente”. Neste sentido, as obras recuperadas pelo Núcleo de Resgate são um modo de levar “o museu às pessoas e mostrar que o museu continua e que o museu resistiu de alguma forma”.

A estudante da pós-graduação em Arqueologia, Yasmin da Silva Pacheco, que como graduanda em história havia atuado na pesquisa “Etnografias da Materialidade e da Transformação”, sob coordenação da professora Olívia da Cunha e estagiado no SEMEAR, ressaltou como o próprio palácio se tornou um campo arqueológico. Embora grande parte dos objetos tenha perdido seu contexto, a coleta de seus materiais inseridos em uma complexa sobreposição dos três andares do edifício representa oportunidades de pesquisa nas diversas áreas de estudo afetadas.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

Em algumas semanas após o incêndio, professores e técnicos se articularam e criaram grupos operacionais para lidar com demandas emergenciais como: a necessidade de encontrar novos espaços e adaptar os já existentes para receber as atividades, departamentos e seções que antes ocupavam o prédio do palácio; constituir uma política de aquisição de acervo; arrecadar fundos para dar continuidade às atividades do Museu Nacional, por exemplo, as oficinas oferecidas ao público. A comissão responsável pela reestruturação da Biblioteca Francisca Keller em poucos meses após o incêndio criou uma campanha de arrecadação visando recuperar os 37.000 volumes, reunidos durante os 50 anos de existência do PPGAS. Até o início de janeiro de 2019, 2097 itens foram recuperados, entre doações de instituições nacionais, internacionais e particulares³⁶.

O Museu Nacional recebeu a ajuda do governo federal no valor de R\$ 10 milhões para as obras emergenciais de escoramento e cobertura da edificação, que estão sendo realizadas pela empresa Concrejato. E está previsto o recebimento de mais recursos através da emenda impositiva aprovada pelo Congresso Nacional³⁷. Estes recursos visam, principalmente, o restauro do palácio, material para o resgate e reestruturação dos departamentos afetados. O museu continua suas atividades de aquisição e preservação de coleções, ensino, pesquisa e exposição. Em 16 de janeiro de 2019, inaugurou a exposição “Quando nem tudo era gelo”, no Centro Cultural Museu Casa da Moeda, localizado no prédio que foi a primeira sede do Museu Nacional. Desta maneira, fica evidente que o museu continua operante.

Em relação às pesquisas dos discentes, o palácio era um lugar de sociabilidade e de pesquisa. Diante do incêndio, as relações sociais foram reorganizadas e as pesquisas repensadas. Os departamentos afetados foram realocados nos prédios do Horto Botânico e aqueles que já trabalhavam neste espaço precisaram dividi-lo. Os pesquisadores precisaram adaptar suas pesquisas contando com a colaboração de instituições parceiras que ofereceram o uso de equipamentos, laboratórios e coleções. As instituições de fomento disponibilizaram a extensão de prazos e possivelmente bolsas. O Smithsonian forneceu bolsas para 14 alunos cujas pesquisas foram afetada diante da perda das coleções

³⁶ As informações sobre como doar livros e dos itens já recuperados se encontram no site da campanha. Disponível: <<<https://www.bfkmuseunacional.org/>>>. Acesso em 10 jan 2019.

³⁷ Carvalho, Folha de São Paulo [Online], 3 jan 2019.

de estudo, com o governo estadunidense arcando com os custos da viagem.

Neste processo de reconstrução atentamos para a possibilidade de não replicar as estruturas coloniais que fundaram o museu. As coleções singulares do Museu Nacional foram iniciadas no século XIX através de relações entre governos imperiais. A falta de informações sobre a proveniência do acervo deste período aponta para o imaginário mais centrado na figura do colecionador do que no contexto da coleta. Entre os acervos sensíveis estão os remanescentes humanos que foram transformados em objetos de interesse museológico e que nos colocam contemporaneamente questões éticas e morais sobre sua guarda e exposição em museus. Refletir sobre as condições em que a ciência é produzida nos conduz a um presente mais dialógico em que as populações representadas devem ser inseridas na curadoria das coleções. De modo semelhante, um museu de história natural pode trazer olhares outros para modos de ver e se relacionar com a natureza. Neste cenário, a reformulação do Museu Nacional abre espaço para uma produção científica mais simétrica, construída em dialética com a sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. 2 ed, 1ª reimpr. SP: Edusp, 2008, 191p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Projeto de Emenda Constitucional nº 95. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, 2016.

_____. **Decreto de 06 de junho de 1818**. Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Santa'Anna que mande comparar e incorporar aos proprios da Corôa. In: Collecção das Leis do Brazil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

_____. **Decreto de 19 de novembro de 1824**. Aumento com 100\$000 o ordenado do Porteiro e Guarda do Museu Imperial. In: Collecção das Leis do Imperio de Brasil de 1824, parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

_____. **Lei 317, de 21 de outubro de 1843**. Lei Orçamentária fixando a despesa e orçando a receita para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. O importante nesta lei é o artigo 35, que cria um Registro Geral de Hipotecas “nos lugares e pelo modo que o Governo estabelecer nos seus Regulamentos. O Regulamento que cumpre a regra é o Decreto 482, de 14 de novembro de 1846.

BROWN, Michael F. **Who owns Native Culture**. Cambridge: Harvard University Press, 2003, 315p.

CARVALHO, Eduardo. **O que o Museu Nacional, incendiado em 2018, fará com R\$ 85 milhões previstos para recuperação**. Folha de São Paulo [Online], São Paulo, ano 99, 3 jan 2019. BBC News.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **Considerações sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional**. In: ANDRADE, Antônio Ricardo Pereira de (Org.). Guia de visitação do Museu Nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013, p. 15-21.

INCÊNDIO no Museu Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 20, 12 de Janeiro de 1944. Matutina, Geral, p. 2.

INFILTRAÇÃO deixa múmias encharcadas em museu. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 71, 23 de Agosto de 1995. Matutina, Rio, página 17.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista de bens tombados e processos de tombamento em andamento**. (Atualização em 09 dez

Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>>>. Acesso em: 9 jan 2018.

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

MUSEU Real. In: **Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930)**. Disponível em: <<https://goo.gl/VtqUeD>>. Acesso em: 9 jan 2019.

NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

OBEYSEKERE, Gananath. Cannibal Talk. **The Man-eating myth and Human sacrifice in the South Seas**. USA: University of California Press, 2005, 320p.

O'HANLON, Micheal. **Introduction**. In: O'HANLON, M. & WELSH, R. (eds.). *Hunting the gatherers. Ethnographic Collectors, agents and agency in Melanesia, 1870-1930s*. USA: Bergahn Books, 2002, p. 1-34.

OS DANOS causados pelo incêndio no MN. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 20, 13 de Janeiro de 1944. Vespertina, Geral, p. 4.

PIRES, Débora de Oliveira (Org). **200 anos do Museu Nacional. Rio de Janeiro**: Associação de Amigos do Museu Nacional, 2017, 40p.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Tribu dos Mundurucus**. MORAES FILHO, Mello. (Org). *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia. 1882, p. 39-40.

SEÇÃO de Museologia. **Os diretores do Museu Nacional/UFRJ**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ: 2007/2008. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf>>. Acesso em: 9 jan 2019.